



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.630, DE 2022

(Do Sr. Pr. Marco Feliciano)

Regulamenta o funcionamento dos Institutos de pesquisa em todo território nacional.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-11245/2018.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. Pastor Marco Feliciano)

Apresentação: 18/10/2022 15:42:00.000 - MESA

PL n.2630/2022

Regulamenta o funcionamento
dos Institutos de pesquisa em todo
território nacional.

Art. 1º - Para obterem permissão de funcionamento e operação, empresas que desejarem se habilitar para efetuarem pesquisas políticas, de intenção de votos deverão:

§ 1º - Formarem equipes de operação compostas por técnicos em estatísticas com expertise em dados eleitorais específicos e que operem com máxima transparência em referência ao alvo dos questionamentos, visando eleitores identificados e que sejam possíveis de comprovação dos entes contatados.

§ 2º - Pesquisas antecipadas de pleitos futuros não podem ter resultados discrepantes da realidade do porvir, com pena de serem desabilitados a atuar no mercado.

§ 3º - Técnicos que assinarem os laudos de pesquisas serão responsabilizados civil e criminalmente por efeitos, com previsões altamente discrepantes possam causar danos aos alvos das pesquisas.

Art. 2º - Institutos de Pesquisas de opinião que oferecerem resultados discrepantes da realidade, com suspeitas constâncias, deverão ser impedidos de continuar operando e seus diretores identificados, também não deverão operar no mesmo ramo em empresas criadas com nomes novos.



* CD 225766030600 * LexEdit

Art. 3º - Em casos de deliberadas ações com a finalidade de levar os eleitores a erros o agente será apenado com as mesmas penas cominadas no art. 171 do código penal.

JUSTIFICATIVA

Pesquisas de opinião referentes às últimas eleições em nosso país têm apresentado resultados que não condizem com a realidade do resultado final das eleições, indicam forte influência sobre o eleitorado, que, na ânsia de não perder o voto, tende a sufragar o candidato que está à frente das pesquisas no momento, com prejuízo irreparável, aos outros candidatos.

Pesquisas financiadas por empresas interessadas nos resultados e que dispõem verdadeiras fortunas para obterem essas informações criam dúvidas na sociedade sobre as verdadeiras intenções quanto à necessidade de informações antecipadas, que se sabe que nas últimas eleições apresentaram divergências enormes sobre o legítimo resultado, mas, no entanto influenciaram negativamente nos resultados oficiais.

Toda uma população não pode ficar a mercê dos interesses, muitas vezes duvidosos de instituições financeiras e conglomerados de comunicação, que contratam institutos de pesquisa, sem os devidos cuidados de apreciação de métodos, sendo constante nas últimas eleições, constatar-se erros grosseiros de avaliação de intenção de voto.

Sala das sessões, de 2022.

Pr. Marco Feliciano
Deputado Federal-PL/ SP
Vice-líder do Governo no Congresso



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CÓDIGO PENAL

.....
PARTE ESPECIAL

(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa", de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984, publicada no DOU de 13/7/1984, em vigor 6 meses após a publicação)

.....
TÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

.....
CAPÍTULO VI

DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 2º Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

Fraude eletrônica *(Nome jurídico acrescido pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)*

§ 2º-A. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)*

§ 2º-B. A pena prevista no § 2º-A deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso, aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)*

§ 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

Estelionato contra idoso ou vulnerável *(Nome jurídico acrescido pela Lei nº 13.228, de 28/12/2015, e com nova redação dada pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)*

§ 4º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.228, de 28/12/2015, e com nova redação dada pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)*

§ 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for:

I - a Administração Pública, direta ou indireta;

II - criança ou adolescente;

III - pessoa com deficiência mental; ou

IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação)*

Duplicata simulada

Art. 172. Emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, ou ao serviço prestado. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 8.137, de 27/12/1990)*

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. *(Pena com redação dada pela Lei nº 8.137, de 27/12/1990)*

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrerá aquele que falsificar ou adulterar a escrituração do Livro de Registro de Duplicatas. *(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 5.474, de 18/7/1968, publicada no DOU de 19/7/1968, em vigor 30 dias após a publicação)*

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO